



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001504-87.2014.8.26.0566/01**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - ASSUNTOS ANTIGOS DO SAJ - Assunto não informado**
 Exeqüente: **André Henrique Serantola**
 Executado: **São Carlos Consultoria Imobiliária Ltda-ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de embargos à execução ofertados a fls. 37/47.

Os embargos opostos são nulos na esteira da certidão de fl. 55 e diante do que dispõe o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 8.906/94.

Não obstante, levando em conta os princípios norteadores do Juizado Especial Cível e como forma de evitar alegação de prejuízo à embargante, aprecio as alegações apresentadas.

Inexiste nulidade processual alguma na tramitação do feito.

Isso porque a sentença de fls. 74/76 do processo de conhecimento foi explícita ao determinar que a fluência do prazo de quinze dias para o pagamento das quantias nela fixadas se daria "*independentemente de nova intimação*" da ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Não foi interposto recurso contra esse decisório, de modo que a intimação da embargante era despicienda.

Por outro lado, como o bloqueio de valores da executada não alcançou o êxito desejado, foi deferido o pedido de penhora em bens do sócio da executada, o que se fez com arrimo no art. 28 do CDC.

A executada em momento algum demonstrou que reúne efetiva condição para satisfazer o débito a que foi condenada, de sorte que a desconsideração de sua personalidade jurídica não padeceu de vício.

De igual modo, não se vislumbra irregularidade na constrição ocorrida, sendo o bem que a suportou passível de sê-lo.

Um automóvel à evidência não pode ser considerado impenhorável, até porque nenhum indício sequer foi amealhado para dar conta de sua utilização restrita à atividade laborativa de seu proprietário ou à sua imprescindibilidade para tanto.

O tipo de veículo, aliás, permite ideia diversa.

Já o bem ofertado à penhora pela embargante não foi aceito pelo embargado por razões pertinentes (fl. 50) e que se acolhem, não se podendo olvidar também que ele se encontra na cidade de Rincão.

A dificuldade em sua eventual comercialização dispensa considerações a demonstrá-la por evidente.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos e determino a normal sequência da execução.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Intime-se a embargante a regularizar sua representação processual, considerando a certidão de fl. 55, e independentemente da fluência do prazo recursal expeça-se mandado de remoção do veículo penhorado ao embargado, que passará a figurar como seu depositário.

P.R.I.

São Carlos, 02 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**